

# *Problemas atuais da Documentação e sua Importância para a Bibliografia das Ciências Sociais*

002:3

BARBARA KYLE

Tradução de MARIA AMELIA PORTO MIGUEL

## INTRODUÇÃO

Em maio de 1956 o «Bureau of Unesco's International Advisory Committee on Bibliography» reuniu-se com o objetivo de estudar as propostas apresentadas pelo «Executive Board» da NESCO, no sentido de que a Comissão dedicasse maior atenção ao desenvolvimento das chamadas «técnicas revolucionárias» no campo da bibliografia e da documentação. (\*)

Ficou decidido que, como primeira etapa de um programa a longo prazo (conferências, pesquisas, experiências e publicações) deveria ser feito um esforço para despertar o interesse, não apenas entre bibliotecários e documentaristas, mas também, e até mesmo sob certos aspectos dando-se maior ênfase, entre as pessoas que delas se utilizam. Com êsse objetivo seria promovido um estudo geral da questão das «técnicas revolucionárias», ou, como decidiu o «Bureau» que fossem chamadas — dos «novos métodos e técnicas da difusão do conhecimento».

Embora a experiência tenha provado que êsses novos métodos e técnicas tiveram seu maior desenvolvimento a serviço das ciências exatas e da tecnologia, e que o maior interesse demonstrado pelo público, sem dúvida alguma, nesses campos, foi observado pelo «Bureau» que havia grandes possibilidades de serem empregados no domínio das ciências sociais e, em escala menor, no das humanidades.

Atendendo a uma recomendação do «Bureau», o Diretor-Geral da UNESCO encarregou o Dr. HERBERT COBLANS, Chefe do Scientific

---

(\*) O «Bureau of the International Advisory Committee on Bibliography» é um pequeno órgão composto de três membros (M. JULIAN CAIN, DR. BRUMMEL e MR. F. C. FRANCIS) que foi acrescido, para essa discussão, dos Presidentes da I.F.L.A. (*International Federation of Library Associations/ Federação Internacional das Associações de Bibliotecários*) e da F.I.D. (*Fédération Internationale de Documentation/ Federação Internacional de Documentação*), respectivamente, DR. BOURGEOIS e DR. KING; do Secretário Geral do «International Committee on Social Sciences Documentation/ Comissão Internacional para a Documentação das Ciências Sociais», DR. MEYRIAT; e do Professor HENRI LANGIER, delegado francês do «Executive Board» que foi particularmente ativo levantando o assunto em questão.

Information Service of the European Organization for Nuclear Research (Genebra), e a Srta. BARBARA KYLE (incumbida, na ocasião de realizar um estudo minucioso e a longo prazo da documentação das ciências sociais) de colaborarem na realização de tal estudo. Coube ao Dr. COBLANS a responsabilidade da apresentação final do trabalho solicitado (publicado no *Unesco Bulletin for Libraries*, vol. XI, n.º 7, July 1957). (1) Por força, entretanto, dos estudos empreendidos (cujas idéias principais foram, todavia, incorporadas ao trabalho do Dr. COBLAN), a Srta. BARBARA KYLE realizou um trabalho importante e minucioso, especificamente relacionado com as ciências sociais.

Uma vez que a UNESCO está publicando o trabalho do Dr. COBLANS, divulgando-o mundialmente através do *Unesco Bulletin for Libraries*, a FID se oferece para publicar o da Sta. KYLE na *Revue de la Documentation / Review of Documentation* a fim de que lhe seja proporcionada uma difusão igualmente ampla.

Cumprе notar que o trabalho da Sta. KYLE não representa nenhum ponto de vista oficial da UNESCO. Foi elaborado como um trabalho de pesquisa e é como tal que, tanto a UNESCO quanto a FID, têm o prazer de apresentá-lo.

#### 1. QUANTIDADE, DISPERSÃO E OBJETIVOS DA BIBLIOGRAFIA NO CAMPO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Tem sido realizada nestes últimos anos uma série de estudos sobre a dispersão de assuntos e títulos, que vieram confirmar uma verdade já descoberta por todos aqueles que são capazes de observação e raciocínio: que a bibliografia mais expressiva referente a uma ciência nova ou a uma matéria de caráter interdisciplinar é esparsamente divulgada por meio de um grande número de revistas, ao contrário da relativa a uma ciência já amplamente desenvolvida ou a de um pequeno, mas bem determinado setor, com seus periódicos especializados já tradicionais. O cientista social ressentе-se enormemente dessa desvantagem. Ele é obrigado a pesquisar não somente a literatura de sua especialização, mas ainda a de várias outras disciplinas incluídas nas ciências sociais, além das que, pertencendo ao campo das ciências naturais e ao da tecnologia relacionam-se, contudo, periféricamente, ao seu assunto (como é o caso, por exemplo, da genética e da medicina). Talvez lhe seja ainda necessário incluir, em suas leituras, os periódicos gerais e até mesmo a imprensa diária. E haverá casos em que, além da literatura científica relatando as pesquisas de seus colegas, ser-lhe-á preciso obter uma quantidade de leituras básicas que constituirão, freqüentemente, seus dados elementares. (Por exemplo, o folclore para um antropologista; textos de tratados e de constituições para o cientista político; arquivos de negócios e transações comerciais, orçamentos e investimentos para os economistas, dados autobiográficos para o psicólogo).

Assim, a literatura de utilidade para o cientista social é, potencialmente, muito extensa, variada e por demais dispersa entre uma imensa e heterogênea massa de material documentário.

---

(1) N.T. — Cuja tradução foi publicada na *Revista do Serviço Público*, vol. 78, ns. 1-2, 3 (jan.-fev. março) 1958, pp. 55-84.



## 2. TERMINOLOGIA E DISPERSÃO CONCEITUAL

Em todos os estudos recentes sobre os vários problemas suscitados pela crivagem informativa, particularmente sobre os que implicam considerações à utilização dos modernos aparelhos mecânicos, tem sido grandemente acentuada a importância da eliminação, em qualquer domínio, dos termos sinônimos e indefinidos. Uma vez mais encontra-se o cientista social numa posição difícil. Já se firmaram os axiomas de que «a maturidade de um determinado campo do conhecimento, reflete-se no grau de normalização de sua nomenclatura» [1] e de que «unicamente nas ciências das matérias inanimadas foi definido um número razoavelmente adequado de conceitos fundamentais» [2].

O que se torna imprescindível às ciências sociais é «um exame minucioso das relações entre os diversos vocabulários e, entre as configurações conceituais aparentemente não relacionadas entre si, que as diferentes ciências do comportamento humano tenham considerado úteis para a análise do que constitui o problema a todos comum: isto é, o comportamento de grupos sociais e de indivíduos que, como membros de entidades sociais maiores, reagem às situações específicas em que se encontram» [3].

2.1 — Necessitamos pesquisar, portanto, até que ponto as técnicas modernas dependem da normalização dos termos; quais as probabilidades que têm as ciências sociais, num futuro próximo, de estabelecerem tal normalização; e, se forem desanimadoras as respostas a essas perguntas, descobrir quais as alternativas possíveis.

2.2 — O pesquisadores sociais não somente se ressentem da imprecisão dos termos, como empregam um vocabulário muito extenso por causa de seus numerosos campos de interesse. Darei portanto uma certa ênfase não só à «dispersão conceitual», mas igualmente à «dispersão da bibliografia sobre o assunto».

## 3. ELEMENTOS BÁSICOS E MATERIAL PARA ESTUDO

O pesquisador social participa, com o astrônomo, da mesma dificuldade de não poder trazer para o laboratório os objetos de seus estudos: homens, mulheres e crianças. Para ele torna-se impossível encontrar uma «população» equivalente em suas unidades e ambiência a outra «população», a fim de obter maiores dados com os quais pudesse confrontar suas hipóteses. Ele é, portanto, mais dependente do que seu irmão de ciência quanto aos dados recolhidos por seus antecessores, quer num passado mais distante quanto no mais recente.

3.1 — Por exemplo, se for realizado um inquérito em Manchester, por métodos estritamente científicos, e várias características da população forem anotadas em fichas perfuradas, não somente o relatório estrito baseado nesses dados será de interesse para outros pesquisadores, como também serão de interesse esses próprios elementos básicos, os próprios dados. Além disso, se bem que provavelmente seja um pesquisador do mesmo setor que se

interessará pelo relatório, pode acontecer que pesquisadores de outros campos achem útil possuir cópias das fichas perfuradas. Mas, para muitos deles, será uma alternativa impraticável ou impossível, realizar uma visita a Manchester ou a outra cidade inglesa industrial, semelhante. E ainda que fôsse possível tal alternativa, a mutabilidade dos seres humanos e de sua ambiência, mesmo a intervalos muito curtos de tempo, ocasionaria um registro de dados diferentes, nessa segunda coleta, apesar de todo o controle sobre os métodos adotados em ambas as vezes.

A «igualdade de circunstâncias» é um ideal difícil de ser realizado em pesquisas sociais; por esse motivo, o conjunto dos dados obtidos por um pesquisador poderia ser infinitamente mais precioso do que ele imagina, se estivessem normalizados e pudessem ser colocados à disposição dos interessados. Uma pesquisa nesse assunto é, naturalmente, um problema primordial para o especialista do assunto.

#### 4. O CÍRCULO VICIOSO

Todo o problema da difusão do conhecimento, do controle bibliográfico e da crivagem informativa pode ser descrito numa série de «lugares-comuns» que exprimem a situação atual:

a) Há muita coisa escrita e/ou publicada atualmente, de maneira que mesmo o especialista é incapaz de manter-se em dia com a soma de conhecimentos em seu próprio setor;

b) se quisermos resolver essa questão delimitando continuamente o campo do especialista a fim de que possa estar sempre atualizado com sua própria literatura, a conseqüente fragmentação do conhecimento e afastamento dos pesquisadores dos contatos com os demais aspectos, provocariam um efeito desastroso sobre a pesquisa e suas aplicações;

c) impõe-se, portanto, uma seleção analítica da enorme massa bibliográfica disponível;

d) mas, ninguém pode analisar convenientemente tal bibliografia a não ser o próprio especialista;

e) e como há muita coisa escrita... ver o item a).

4.1 — *Em que pontos poderia ser quebrado esse círculo?* — Parece que há apenas uma solução básica: modificar a proporção entre o número de especialistas e a quantidade da bibliografia concernente ao seu setor; seja aumentando o número dos primeiros, seja diminuindo a quantidade da última, ou uma combinação de ambas as coisas.

Uma solução viável seria preparar como documentaristas um número sempre renovado de especialistas do assunto. Tal especialização dentro da profissão constituiria um voto de abstinência à erudição criadora. Mas esta não será, talvez, a solução mais econômica nem a que conduza à perfeição as condições da pesquisa. Torna-se necessária, portanto, a consideração de outras soluções para cada categoria de literatura, embora conservando em mente esta possibilidade. Tais soluções poderiam ser, por exemplo, um melhor aproveitamento dos especialistas existentes, coordenando para isso seus trabalhos num sistema cooperativo, evitando dessa forma o desperdício e a duplicação.



## 5. A BIBLIOGRAFIA FORNECIDA PELOS PERIÓDICOS

O especialista ávido, ansioso por ter notícia de todos os artigos de sua especialidade através da literatura mundial dos periódicos, é uma figura tão conhecida (possivelmente inventada pelos documentaristas), quanto a do comentarista armado de bibliografias internacionais, periódicos de análises, fichas perfuradas, agulhas seletoras e outros tipos de seletores de informações, mais ou menos rápidos. O especialista simplesmente apavorado diante de todo esse aparato, (\*) solicita uma seleção dos artigos mais importantes. O que deve ser feito?

É quase impossível fazer-se qualquer sugestão original para a solução deste problema.

5.1 — Alguém poderia, talvez, ser radical sugerindo a abolição pura e simples dos periódicos (em lugar de uma racionalização dos mesmos) como veículos da difusão de pesquisas. Se cada pesquisador tivesse que depositar um certo número de exemplares de seus trabalhos em determinados centros nacionais e internacionais, as revistas poderiam ser utilizadas apenas para recreação e informações de nível estudantil. Tais revistas subsistiriam ou não conforme o apoio que fôsem capazes de conseguir diretamente do público. Nos centros de documentação os especialistas fariam a triagem, avaliariam e classificariam os relatórios de pesquisas recebidos, e possibilitariam a obtenção de resumos analíticos (também traduções e fotocópias quando solicitadas) para os demais especialistas que estivessem interessados. Sugestões como estas foram feitas por R. ELSDON-DEW [6] e S. VELINSKY [7]).

5.11 — Antes de empreender-se qualquer tentativa séria para pôr-se em prática algumas dessas sugestões, torna-se essencial determinar se, de fato, os «minutos do cientista» seriam economizados por tais arranjos e até que ponto sua necessidade de compulsar o material seria satisfeita.

Não sabemos mesmo, sequer, se compulsar por meio de agulhas seletoras, em lugar de o fazer nas estantes de livre acesso — o que significa um afastamento da pessoa da realidade física do material — será psicologicamente aceitável para os pesquisadores. Está claro que, se a seleção por meio de fichas perfuradas e sua veiculação através de microfichas hão de tornar-se «a ordem do dia» não só os estudantes mas até mesmo as crianças terão que ficar familiarizados com tais métodos, sem o que virão a constituir, mais tarde, impedimento à rapidez da difusão...

5.2 — *Melhorar a publicação dos periódicos* — Num plano menos radical surgiu, nos anos de após-guerra, um número considerável de opiniões manifestando o desejo de uma racionalização da publicação dos trabalhos científicos em periódicos. Como tais propostas dizem respeito também aos periódicos dedicados às ciências sociais, apresentamos aqui um rápido sumário:

— os autores deveriam fornecer resumos analíticos de seus trabalhos que seriam então encaminhados pela direção da revista aos serviços de resumos analíticos;

---

(\*) GIRDEN e WAYNE [5] calculam que em 1958 os periódicos de psicologia ocupem mais 7.400 páginas anuais do que habitualmente.



— só seriam publicadas as condensações de tais trabalhos;

— a versão integral seria depositada em centros apropriados a fim de ser distribuída, em fotocópias, entre os especialistas devidamente inscritos no centro e constando de suas listas classificadas.

5.21 — Recomendações desse teor foram feitas por ocasião da «Royal Society Scientific Information Conference», 1948, por J. D. BERNAL [8]. Posteriormente sofreram as seguintes modificações :

*Comissões de redatores-chefes*: a Conferência chegou à conclusão de que uma cooperação mais ativa entre os redatores-chefes de periódicos científicos que se dediquem à publicação de um grupo de assuntos correlatos, só poderia trazer benefícios à ciência, e portanto recomenda que, a par da cooperação das entidades científicas, deveriam ser formadas diversas comissões de redatores-chefes de periódicos de assuntos afins para deliberarem sobre problemas comuns.

*Depósito de originais* : a Conferência concluiu que é aconselhável determinar se há necessidade de estabelecer-se um meio de tornar acessíveis as comunicações científicas que não se prestem à publicação nos moldes comuns.

*Disponibilidade de separatas e cópias*: a Conferência considera de grande importância a possibilidade de rápida obtenção de separatas e cópias de trabalhos e resumos analíticos. O uso, atualmente em prática, de se obterem duplicatas dirigindo os pedidos diretamente ao autor, é de grande alcance quanto às possibilidades de contatos pessoais que daí resultam, mas a Conferência concluiu que são necessárias maiores facilidades. Foram então recomendadas as seguintes iniciativas :

*Obtenção de separatas*: a ASLIB ou outra organização semelhante poderia encarregar-se de sondar as possibilidades que sociedades, bibliotecas, organizações comerciais e outras semelhantes pudessem oferecer no sentido de funcionarem como agências de obtenção e distribuição de separatas.

*Sinopses* : Recomenda-se que a *Royal Society* convide os redatores-chefes de periódicos científicos a cooperarem com organizações de resumos analíticos, no sentido de verificarem que cada trabalho seja acompanhado de um sumário que possa ser utilizado como resumo analítico em periódicos destinados a esse fim; recomenda-se, ao mesmo tempo, que os serviços de resumos analíticos sejam convidados a formular princípios comuns que possam orientar os redatores-chefes de periódicos científicos.

*Obtenção do material em depósito*: convida-se a *Royal Society* a considerar os processos usados em certos países, como por exemplo no *American Documentation Institute*, no qual os documentos científicos ou certas partes dos mesmos (cuja publicação pelos meios ordinários seria impraticável) são conservados, sendo fornecidas, a pedido, cópias dos mesmos. Se for comprovada a necessidade de um serviço semelhante neste país, convida-se a *Royal Society* — em consulta com outros órgãos relacionados com o assunto — a tomar providências para promover tal serviço [9].

5.22 — De tempos em tempos vêm sendo feitas sugestões semelhantes a favor de uma racionalização. Consulte-se por exemplo o trabalho de R. E. CLELAND, «The use of material» [10] e os que foram apresentados num



simpósio promovido pelo *American Institute of Biological Sciences* [11], sobre comunicação de resultados de pesquisas.

5.23 — No *Aslib Proceedings* de novembro de 1952, foi feita uma tentativa [12] no sentido de firmarem-se os resultados da «Royal Society Scientific Information Conference», mas pouca coisa foi conseguida em prol da racionalização. Houve, contudo, certos sinais de progresso que podem ser constatados pelo seguinte exemplo: a sugestão de que os autores deveriam fornecer sinopses utilizáveis como resumos analíticos teve a sua repercussão — pode-se ler no número de janeiro de 1955 do *Biological Abstracts* que os redatores-chefes de 250 periódicos votados à biologia concordaram em dar instruções aos autores de artigos sobre o preparo de resumos analíticos a serem fornecidos ao *Biological Abstracts*. O resumo juntamente com as primeiras provas seriam reunidos pelos redatores-chefes e remetidos para o *Biological Abstracts* [13, 14].

5.3 — Quais são os obstáculos que impedem um maior incremento às numerosas recomendações que vêm sendo feitas a favor da racionalização na publicação de periódicos? Como podem ser removidos?

São três os principais obstáculos que impedem tal progresso: *recursos financeiros inadequados, direitos adquiridos, e inércia ou excesso de espírito conservador*. É impossível dizer-se até que ponto a limitação das verbas é o obstáculo real neste ou naquele setor, antes que os outros dois obstáculos apontados tenham podido ser afastados. Proponho-me sugerir como isso poderia ser levado a efeito.

5.31 — Cada ano despende-se uma soma muito elevada no levantamento de informações para os que trabalham em pesquisas. A *Ford Foundation*, por exemplo, calcula que nessa atividade são gastos U.S. \$ 300 milhões (e propõe ainda um gasto de mais U.S. \$ 5 milhões para estudar êsse e outros problemas correlatos!). [15] Outras somas são empregadas anualmente pelos redatores-chefes de periódicos, de bibliografias e de periódicos de resumos analíticos. Alguns dêsses empreendimentos são custeados, em parte, por organismos tais como a UNESCO e diversas outras fundações. *Se, aqueles que possuem o controle financeiro, pusessem em prática em toda a linha, medidas de controle, um progresso muito maior seria rapidamente obtido*. É certo que os financiadores não devem interferir na liberdade intelectual, mas não há razão para não insistirem numa economia administrativa.

5.32 — Gostaria de citar um *exemplo concreto do que poderia ser um tal controle no plano nacional*. No Reino Unido da Grã Bretanha a *Nuffield Foundation* destacou, em 1955, a importância de £ 43,750 a fim de ser aplicada, num prazo de cinco anos, em auxílio a periódicos científicos; em seu relatório dizia que «foi observado que as condições exigidas para fazer jus ao recebimento dêsse auxílio de nada valeriam, se não fôssem secundadas pela possibilidade de oferecer um sólido assessoramento profissional em questões como as de impressão, economia, publicação e distribuição... Cada doação é feita na base de um ano e nenhum periódico é auxiliado sem que, na opinião da comissão concessora, esteja envidando todos os esforços para alcançar uma estabilidade econômica ou esteja pronto a aceitar as diretrizes dadas por um grupo de conselheiros e agir de acordo com as mesmas». [16]



5.33 — E agora uma medida que seria possivelmente um passo decisivo para a *normalização racional na apresentação material dos periódicos*. Só ela bastaria para alcançarmos maiores resultados do que os conseguidos pela economia financeira; seria a instituição de uma agência central de reimpressões normalizadas, em quantidade amplamente disponível. E se a *Nuffield Foundation* ampliasse sua influência à *apresentação intelectual* (não ao conteúdo) dos periódicos, maiores benefícios seriam ainda obtidos. Poderia solicitar dos redatores-chefes das revistas por ela subvencionadas: 1) que insistissem com os autores no sentido de apresentarem sempre as sinopses de acordo com as normas já estabelecidas [17] e glossários de todos os termos novos ou ainda sujeitos a controvérsias; 2) que fornecessem exemplares dessas sinopses e glossários aos redatores-chefes dos periódicos bibliográficos e de resumos analíticos da especialidade; 3) que suprissem com um certo número de reimpressões dos artigos, os centros nacionais e/ou internacionais de documentação.

Idêntica poderia ser a atuação da *Ford Foundation* em relação a periódicos tais como o *African Abstracts*, o *Far Eastern quarterly*, o *Journal of Central European Affairs*, e o *Middle East Research Reports* que, entre outros, são por ela subvencionados.

5.4 — Querendo aplicar no Reino Unido da Grã-Bretanha este sistema, aos periódicos de ciências sociais, defrontamo-nos logo com uma dificuldade: não há um «Socialie Science Research Council». A *Nuffield Foundation* faz suas doações aos periódicos culturais, da seguinte maneira: através da *British Academy* para os que se dedicam às humanidades e, de acordo com as indicações da *Royal Society*, diretamente àquêles que se dedicam à ciência e à tecnologia. Isto não significa que as ciências sociais estejam totalmente relegadas, mas que sofrem, talvez, um destino pior: o ver a gerência de seus interesses exercida por aqueles cujo próprio interesse está orientado para setores bem diferentes. Se elas estivessem totalmente esquecidas, sua necessidade de possuir um centro coordenador autônomo seria mais prontamente atendida, assim como o pedido de socorro de um órfão é ouvido mais rapidamente do que o de uma criança já adotada por pais adotivos não necessariamente perversos, mas indiferentes.

## 6. MATERIAL NÃO PUBLICADO

Já tratei desse assunto com certa amplitude numa conferência a ser brevemente publicada [18], mas gostaria de reafirmar aqui os principais problemas e algumas soluções possíveis.

Tenho em vista, principalmente, quatro categorias de material:

- a) As pré-publicações;
- b) Os resultados secundários de estudos, elementos de informação ainda não elaborados (dados, tabelas, etc.);
- c) O material de distribuição limitada;
- d) Documentos provenientes de Conferências.

Tratarei cada uma separadamente ilustrando com exemplos tomados da literatura das ciências sociais.



6.1 — Por pré-publicação entendo os manuscritos, provas e trabalhos ainda no prelo. A maioria das pessoas julga que tudo o que é de «real» importância, mais cedo ou mais tarde será publicado. Em grande parte, sim. Mas sabemos que decorre freqüentemente um lapso de tempo de 6 a 18 meses entre a data em que o autor escreve «fim» e a data em que aparece publicada sua obra. E ainda, os pesquisadores, nas asas do progresso, dependem grandemente de material que não date de mais de cinco anos. Isso significa que, num momento dado, 10 a 30% do material mais importante permanece, nesse sentido, inédito. E quanto mais recente fôr o material requerido, maior a proporção incluída nessa categoria.

6.2 — O material não-elaborado inclui dados e tabelas estatísticas não incluídos nos relatórios de pesquisas. São exemplos dessa categoria:

1.<sup>a</sup>) as fichas perfuradas mencionadas no § 3.º;

2.<sup>a</sup>) o material arquivado e coligido pela UNESCO, relativo ao projeto de estudo das causas de tensões internacionais;

3.<sup>a</sup>) tabelas de dados, mencionados numa nota de rodapé que serviram para um trabalho sobre «Intermarriage and mobility in Hawaii», por LEONARD BROWN [19] e a publicação do Home Office «Supplementary statistics relating to crime and criminal proceedings» (mimeografado) que pode ser obtido a pedido [20].

6.3 — O material distribuído a um público limitado pode, ou não, ser impresso ou publicado mas geralmente escapa à inclusão nas bibliografias publicadas: essa categoria de material é muito grande, variada e importante. Pode abranger, para citar apenas alguns exemplos, os documentos reservados (não confidenciais) da United Nations Technical Assistance Administration, o relatório da filial italiana da Shell Petroleum Company sobre o desenvolvimento econômico de um distrito da Itália Meridional; [21] o «Report on seven year development plan for the Plan Organization of the Imperial government of Iran» feito pelo Overseas Consultants New York Inc's [22] o «Report annuel... à l'Assemblée générale des Nations Unies sur l'administration du Cameroun placé sous la tutelle da France». [23]

6.4 — Os documentos provenientes de Conferências incluem: pré-publicações, documentos extraordinários consultados durante as Conferências, atas e listas de delegados. Podemos citar como exemplos os documentos dos congressos de associações internacionais tais como a International Sociological Association/Associação Internacional de Sociologia, o Institute of Pacific Relations, a International Federation of Documentation/Federação Internacional de Documentação, a British Commonwealth Relations Conference.

6.5 — *Obtenção e fontes de origem* — Os problemas relativos à obtenção desses diferentes tipos de material são vários, quer quanto a sua proveniência quer quanto as fontes que primeiro lhe revelaram a existência; sobre esses dois pontos farei breves considerações.

6.51 — Primeiramente: como chegou alguém a ter conhecimento desse material se o mesmo não está adequadamente anotado em bibliografias publicadas? Há, por um lado, vários caminhos acidentais muito amplos, tais como indicações verbais, notícias da imprensa, referências em livros e periódicos lidos,



listas de aquisições das bibliotecas; há, por outro lado, as pesquisas sistemáticas nas listas de material não-publicado e de caráter reservado, correspondência com os autores e organizações especializadas.

Em segundo lugar: tendo tido notícia de tal material como pode ser obtido? Existem, talvez, três métodos principais: o pedido direto à fonte, o pedido através de intermediários, os contatos pessoais, etc. e o pedido de fotocópias ou empréstimo de original a bibliotecas, centros de pesquisas, etc.

6.52 — Fontes de origem: quais são então as fontes que devem tornar acessível esse material às solicitações diretas ou indiretas? Podem ser autores individuais, organizações governamentais e intergovernamentais que de fato produzem, ou para as quais é produzido o material, e entidades responsáveis pela promoção das Conferências.

6.6 — *A coordenação existente relativa a essas atividades* — O pesquisador precisa saber portanto — quer na esfera de sua especialização quer em outros campos que o possam interessar casualmente — como encontrar rapidamente a pessoa ou entidade autora do material que ele não pode pesquisar através das bibliografias, problema esse cujas dificuldades aumentarão muito se se tratar de material estrangeiro. É verdade que a coordenação internacional só é possível se a informação estiver primeiramente coletada e organizada no âmbito nacional, mas aqui logo se apresenta um obstáculo: os especialistas de cada país conhecem seus próprios colegas e vêem pouca utilidade na publicação de listas de autores e organizações especializadas que, para eles, são familiares.

Essa mentalidade estreita está, entretanto, desaparecendo gradativamente e já existe uma boa aparelhagem que, se for convenientemente coordenada, poderá realizar todas as atividades necessárias. Gostaria de citar como exemplos algumas das organizações existentes na Grã-Bretanha e no campo internacional, interessadas nesse aspecto, e indicar quais são no momento suas atividades e principais publicações.

#### 6.7 — *Organizações existentes no Reino Unido da Grã-Bretanha.*

A) O Department of Scientific and Industrial Research é o centro coordenador de 44 associações de pesquisas. Se bem que seus interesses sejam primordialmente científicos e técnicos, aborda em muitos pontos o campo das ciências sociais como por exemplo através dos «Committees on Human Factors in Industry». Dentre as suas publicações que podem ser úteis ao nosso estudo destacamos os *Annual Reports* (Command papers) que relacionam as publicações anuais (incluindo os artigos em revistas e certo material não-publicado) do departamento e das associações de pesquisas; o *Scientific research in British Universities*, um precioso guia para especialistas em vários setores; e o *D.S.I.R. grant-aided research associations selected publications*.

B) O National Institute of Economic and Social Research publica o *Register of Research in the social sciences...* (interrompido desde 1956 por falta de recursos financeiros); esse Registro não somente relaciona as pesquisas realizadas ou patrocinadas por instituições, universidades e outras entidades coletivas ou por pessoas individuais a eles ligadas, mas registra igualmente essas próprias instituições. Ele menciona os projetos de pesquisas já concluídos que chegam à fase de publicação (pelo menos em seu sentido formal)



e também os que foram interrompidos, mas nem sempre mencionam os resultados transitórios ou os da categoria de material não-publicado.

C) O Interdepartmental Committee on Social and Economic Research incentiva a divulgação dos resultados das pesquisas governamentais e publica, para uma série de bibliotecas, as *Lists of unpublished documents of economic and social interest*. O material nelas incluído pode também ser adquirido pelas referidas bibliotecas. Veja-se também os *Committee's Reports (Comman papers)*.

D) O Social Survey, repartição do governo, publica sem periodicidade regular uma *List of reports* sobre seus projetos de pesquisas.

E) A British Sociological Association divulga suas atividades no *British Journal of sociology* e no seu *Bulletin*, através dos quais fica-se em dia com as pesquisas nacionais em curso, nesse setor. Existem organizações semelhantes para a maior parte das disciplinas das ciências sociais, cujas revistas servem idêntico fim.

#### 6.8 — Organizações internacionais:

F) O Unesco Social Sciences Department and Clearing House é o centro internacional das atividades no setor das ciências sociais e publica o *International social science bulletin*; além dos artigos são incluídas notícias de reuniões e conferências que proporcionam indicações para as pesquisas em curso. Nesse mesmo Boletim são publicados resumos das Atas do International Committee of Comparative Law, do International Committee for Social Sciences Documentation, da International Economic Association, da International Political Science Association, da International Sociological Association, do International Social Science Council, e da World Association of Public Opinion Research.

Ainda no campo das ciências sociais a Unesco publicou: *Theses in the social sciences, 1940-1950* e o *International register of current team research in the social sciences, 1950-1952*.

G) O International Social Science Council promove e incentiva a pesquisa interdisciplinar: do ponto de vista bibliográfico coopera com o

H) International Committee for Social Sciences Documentation cujas publicações não incluem atualmente, de maneira regular, material da categoria dos não-publicados.

I) (2)

J) O International Research Office of Social Implications of Technological Change é um ramo do item G e publica irregularmente um boletim, *Information*, que constitui útil indicador de pesquisas, reuniões e conferências nesse setor.

---

(2) N. T. — Não consta o item «I» no original.

K) A Organização das Nações Unidas/The United Nations publica um *Catalogue of economic and social project*, tanto da ONU quanto de suas agências especializadas.

L) A United Nations Technical Assistance Administration publica um *Index of final reports issued*.

Estas duas últimas publicações constituem valiosos indicadores do material existente, mas são de pouco auxílio para sua aquisição.

M) Os Unesco Science Co-Operation Offices for the Middle East and South Asia possuem departamentos de ciências sociais e publicam os *Social sciences publications... papers published in the Middle East e a Social Science bibliography, India*.

N) A Organization for European Economic Cooperation e seu órgão subordinado a European Productivity Agency: a O.E.E.C. publicou uma exposição sobre a organização da pesquisa na Europa, no Canadá e nos Estados Unidos, e a E.P.A. estabeleceu um *Question and Answer Service* além de publicar o *Technical information monthly bulletin* e os *International guides to sources of technical information*.

6.9 — *Sistematização e recomendações* — Os pontos-chaves dessa rede são:

6.91 — *no plano nacional*: uma coordenação das atividades de todas as organizações especializadas no campo das ciências sociais, por um órgão do tipo do Social Science Research Council de Nova York. Para tal Centro seriam remetidas as relações dos especialistas (quer individuais ou entidades coletivas), as listas das pesquisas em curso, e informações sobre Conferências (tanto as informações prévias quanto as posteriores à sua realização). O Centro deveria também ser informado, por todas as fontes, sobre o material da categoria dos não-publicados existente nos locais considerados como depósitos desse tipo de material. Já fiz ver uma outra necessidade para um órgão como esse na Grã-Bretanha (ver o § 5.4).

6.92 — *no plano internacional*: a Unesco Social Science Clearing House deveria coordenar as atividades dos diversos centros nacionais e das demais organizações internacionais. Examinei algumas das várias possibilidades no estudo já mencionado [18].

6.93 — *Conferências*:

1.º) Obtém-se com facilidade listas de Conferências a serem realizadas; elas deveriam ser completadas por outras entradas após a realização das mesmas como deveriam ser incluídos pormenores de todos os trabalhos apresentados, além de informações sobre sua publicação e/ou possibilidades de aquisição;

2.º) Deveríamos beneficiar-nos com o fato de serem preparadas para um grande número de Conferências, listas de delegados às mesmas. Elas seriam cuidadosamente conferidas, incluiriam endereços e seriam publicadas, como parte das Atas da Conferência ou como separata, por órgãos do tipo do I.C.S.S.D. Deveriam também ser incorporadas, com as listas de especialistas, aos arquivos da UNESCO Social Science Clearing House..



## 7. A TERMINOLOGIA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Vou agora abordar a questão da terminologia nas Ciências Sociais.

Sob essa epígrafe quero considerar não somente a impressão de termos, mas também a extensa e variada quantidade de termos relativos a esse campo, ou seja a *dispersão conceitual*. Começarei por este segundo item.

7.1 — Penso que serei melhor compreendida se fizer uma comparação da medicina (que é uma matéria interdisciplinar e que está se tornando, necessariamente, cada vez mais interessada nas questões sociais) com a química, por exemplo, como em campo para o qual se organizem serviços de crivagem informativa e de resumos analíticos.

7.11 — Para a pesquisa bibliográfica no campo da química, através do assunto, o documentarista precisa de uma série de termos que designem os elementos compostos, sua estrutura molecular e suas propriedades, juntamente com outros tantos termos que designem os processos, as aplicações e os instrumentos. Chamemos de  $C$  o número total de termos usados num determinado tempo e  $B$  o número equivalente usado na pesquisa bibliográfica biológica.

7.12 — Com o desenvolvimento da medicina surge um conjunto bibliográfico de natureza interdisciplinar para cuja pesquisa o número de termos excederá de muito o total  $C$  ou  $B$ . Chamemos de  $M$  esse número.

7.13 — Parece-me de vantagem para a pesquisa que seja realizada esgotando a verdadeira amplitude de  $M$  nos diversos aspectos interdisciplinares. Entre os fatores que podem influir nessa extensão incluiremos: a tendência de cada nova disciplina procurar seu vocabulário próprio, o número de disciplinas compreendidas no novo campo, e o grau de minúcia nos conceitos (para cada disciplina constitutiva) necessário à pesquisa bibliográfica nesse novo campo.

7.14 — Quanto maior fôr  $M$  em qualquer campo, menor será a percentagem de seus termos com probabilidades de serem usados em qualquer pesquisa bibliográfica específica. Tal proporção influenciará na eficiência das listas já convencionadas de cabeçalhos de assuntos, e nas notações das classificações em uso. (\*) Os estudantes com propensão para contagem de palavras e outros tipos semelhantes de pesquisas poderiam realizar um valioso trabalho conferindo índices de assunto das diversas literaturas interdisciplinares e comparando os resultados com idêntica conferência feita na literatura de cada disciplina constitutiva. A literatura médica que, desde que «psico» foi ligado por hífen a «somático» e que foi inventada a «medicina social», tende cada vez mais a entrosar-se com as Ciências Sociais, constituiria um bom setor para investigações.

7.15 — A importância destas considerações para as ciências sociais é clara. A maior parte de sua terminologia é um conjunto de termos tomados de empréstimo a várias outras ciências e de vocábulos comuns, usados numa

---

(\*) Não entrei em detalhes de notação e cabeçalhos de assuntos, nas suas relações com a extensão da produção bibliográfica e com a terminologia, uma vez que isso por si só constituiria um considerável plano de pesquisas.



tentativa de emprestar-lhes novos significados. Mas há ainda uma outra complicação: um químico não usa termos de biologia ou, se o faz, emprega-os corretamente, de acordo com os significados estabelecidos em biologia. Nas ciências sociais, o sociólogo, o cientista político, o economista e o antropólogo social usam livremente os vocabulários uns dos outros mas nenhum deles pode ficar seguro do significado, entre os vários possíveis, que quis ser dado numa determinada ocasião.

Ilustram bem esse problema as 164 diferentes definições de «cultura» coligidas por KROEBER e KLUCKHOHN [24].

7.2 — Isso me leva ao segundo problema ligado à terminologia das ciências sociais, ou seja a *falta de precisão*.

A comunicação direta do conhecimento que *A* possui, para *B*, que deseja esse conhecimento, ocorre se

*B* descobre que *A* possui o conhecimento

*B* tem acesso a *A* que o divulga

*B* pode entender *A*.

Normalmente essas condições são preenchidas, quando se trata de dois cientistas do mesmo setor e da mesma língua.

Na comunicação indireta pode haver uma série de intermediários:

*B* pode saber, através de um centro coordenador de informações *C*, que *A* possui o conhecimento de que necessita; *B* pode ter acesso a tal conhecimento por meio de um compêndio de resumos analíticos classificados, *D*.

A informação pode estar em russo, mas um intérprete ou tradutor *E* não pode torná-la acessível a *E*, *C* e *D*.

Parece assim que todos os intermediários (bibliotecários, autores de resumos analíticos, tradutores) assim como *B*, são agora capazes de compreender *A*. *E*, o tradutor, intervém se uma língua estrangeira se interpõe entre *A* e o presumido leitor. *D* deve compreender o assunto a fim de fazer o resumo e *C*, o conservador, deve também entender a fim de indicar adequadamente o trabalho de *A* para os objetivos de *B*.

7.21 — Mas tratando-se de ciências sociais, mesmo dois sociólogos ingleses não podem ficar 100% certos de se entenderem sem haver uma definição preliminar de termos. Um sociólogo americano e um inglês, falando ambos a mesma língua (como se pensa comumente, mas erradamente talvez) teriam que levar muito tempo nessas definições preliminares. E um sociólogo especialidade. Acrescentamos a esses exemplos uma conversa, com intérpretes, um inglês, nunca terá uma certeza absoluta de ter compreendido o significado preciso do autor francês. Um antropólogo social francês e outro inglês talvez não chegassem mesmo a concordar quanto ao que constitui o campo de sua especialidade. Acrescentemos a esses exemplos uma conversa, com intérpretes, entre especialistas de ciência política, sendo um russo, um francês e um americano, sobre a democracia, e compreender-se-á prontamente por que os debates nas Nações Unidas fazem lembrar a Torre de Babel.

7.3 — O que pode fazer o documentarista com todo um aparelhamento de técnicas modernas, em face dessa confusão? JESSE SHERA expressou sua



opinião: «A normalização da terminologia não é uma responsabilidade exclusiva do bibliotecário-classificador; é também uma obrigação do especialista do assunto... O acôrdo é quase unânime nos domínios da física, da química e de outras ciências exatas...; aliás, no serem exatas reside justamente o motivo de sua precisão. Na sociologia e na economia já não existe, lamentavelmente, tal unanimidade, o que acarreta desastrosas conseqüências para a difusão dentro das próprias disciplinas.

A palavra falada é, em si mesmo, uma forma de classificação e os *problemas da difusão e classificação são essencialmente um* (o grifo é meu).

7.31 — A nomenclatura, portanto, é uma responsabilidade que o especialista de um assunto não pode permitir que seja delegada a outros ou que possa ab-rogar como sendo sem valor para o seu trabalho. Ao contrário, constitui uma das tarefas de maior utilidade a serem empreendidas por grupos de especialistas. A classificação de conceitos que daí resultaria e a liberdade de usar-se tais conceitos em estruturas adrede formadas, contri-buiriam consideravelmente, tanto para o progresso como para uma síntese do conhecimento» [1].

7.32 — Ao lermos sobre as avançadas técnicas de crivagem informativa e da difusão do conhecimento, no campo científico, surpreende-nos constatar que a pesquisa por nós reivindicada só aparece nas fases posteriores à análise do documento. Por exemplo: feita a análise, quais são os melhores sistemas de codificação? quais são as bases ótimas para uma notação? quais são os custos comparados das operações mecânicas realizadas por tais sistemas? No domínio das ciências sociais, entretanto, muitas das dificuldades surgem nas primeiras fases da análise, ou seja na normalização mesmo de vocabulários não normalizados. Antes de se solucionar o problema de uma rápida crivagem de dois ou mais documentos sobre um mesmo assunto, temos de resolver um de maior dificuldade ou seja: como poderemos nos certificar de que dois documentos versam sobre o mesmo assunto e como conseguir depois que todos designem tal assunto pelo mesmo símbolo.

7.33 — A UNESCO já está enfrentando êsse problema com seu projeto de terminologia [25] e, de acôrdo com o que sugeri mais acima (§ 5.3) deveria estimular de modo prático a normalização, condicionando a concessão de subvenções (pelo menos às publicações bibliográficas) ao emprêgo de termos internacionalmente aceitos.

7.34 — A Terminologia é nitidamente um problema que o documentarista deve deixar aos especialistas nos assuntos, mas, ainda que não possa ajudar na solução de tal problema, deve estar sempre atento quanto à sua existência e das conseqüentes repercussões em seu próprio trabalho. Uma dessas repercussões é que *os sistemas de classificação e de crivagem informativa, que dependem de termos precisos inequívocos, só podem ser usados, atualmente, numa parte muito pequena da bibliografia das ciências sociais, ou seja, na sua arte verdadeiramente científica*. Além disso, os serviços bibliográficos não podem ser suspensos até que as dificuldades da terminologia sejam superadas; o documentarista deve, portanto, no momento atual, procurar estabelecer um *modus vivendi* viável. Êsse é o motivo pelo qual está sendo feita uma tentativa no sentido de introduzir o uso, nas bibliografias do I.C.S.S.D., de uma classificação que elimine as terminologias rivais no campo das ciências sociais.



7.35 — E torna-se importante lembrar aqui que a dificuldade em ordenar o material do campo das ciências sociais de acordo com os conceitos em uso, não é evitada ou simplificada fugindo-se à classificação e substituindo-a por cabeçalhos alfabéticos de assuntos: o ponto crucial — evitar os sinônimos e as ambigüidades, com sua natural confusão — permanece.

Dois excelentes estudos desse problema são o «Study of the see-also reference structure in relation to the subject of international law» de VACLAV MOSTECKY [26] e «Thought on subject headings», de HILDA STEINWEG [27]. Ambos demonstram claramente a dificuldade na sistematização dos cabeçalhos de assuntos mesmo quando são usados apenas termos ingleses. Acentuam também a necessidade dessa sistematização se quisermos torná-los eficazes para a crivagem informativa. Verificamos assim que o trabalho que tal sistematização acarretará, será de igual dificuldade e da mesma natureza do exigido para a elaboração de uma classificação. Não há portanto razão para abandonar-se a classificação sob o pretexto de economia de esforços; o que é uma sorte, porque, para o uso internacional uma vantagem a mais vem somar-se ao emprêgo da classificação, em lugar dos cabeçalhos de assuntos: os índices nas diversas línguas guiarão os interessados a uma ordenação que será a todos comum. Como diz JESSE SHERA, uma vantagem do catálogo classificado é a «diminuição das barreiras de idioma pelo uso de uma ordenação que depende mais, para sua eficácia, das relações lógicas do que das associações entre as línguas. O diretor da recém-instalada National Library of Canadá anunciou o estabelecimento de um catálogo classificado organizado de acordo com a classificação da Library of Congress, em lugar do tradicional catálogo-dicionário. Essa escolha se deve quase que exclusivamente ao fato de ser bilingüe a população canadense» [28].

## 8. POST-SCRIPTUM

Incluo nas ciências sociais a difusão do conhecimento e penso, portanto, ser interessante narrar minhas experiências na pesquisa e na obtenção da bibliografia que desejava consultar para os objetivos do presente estudo.

8.1 — Não houve escassez de material entre o qual pudesse fazer uma seleção. Utilizei-me das críticas do *American Documentation*, do *Journal of Documentation*, do *Library Science Abstracts*, da *Review of Documentation*, das referências de rodapé anotadas em leituras já feitas anteriormente e mais recentemente também. Selecionei sessenta e dois itens promissores. A maioria, contudo, repetia a mesma coisa e com isso gastei tempo percorrendo um número maior de artigos do que seria realmente necessário. Dos sessenta e dois apenas vinte mereceram ser selecionados para figurarem na minha lista de referências.

Dos sessenta e dois já tinha em meu poder dezesseis. Dos restantes quarenta e seis obtive por empréstimo, ou tive acesso à consulta, trinta e quatro títulos (nove tiveram que ser consultados em bibliotecas); e a doze deles (20%) tive acesso mais tarde (em fins de novembro de 1956). É interessante notar que dos trinta e quatro disponíveis, trinta puderam ser consultados dentro do prazo de uma semana. Vale a pena estudar, em maiores detalhes, os doze insucessos: nove eram americanos, um australiano, um sul-africano e o outro era um documento esgotado da UNESCO. Os



nove americanos podem ser assim descritos: dois pertenciam à categoria dos não-publicados (estudos apresentados em Conferências); quatro, reservados, e três livros. Todos os insucessos, como veremos, se deram nas conhecidas categorias dos problemas atuais: serem publicações estrangeiras, não-publicadas, ou de caráter reservado.

8.2 — No campo das ciências sociais como no setor menor da difusão do conhecimento, e também sem dúvida alguma, na ciência e na tecnologia, é importante manter em equilíbrio os três níveis do desenvolvimento da organização bibliográfica: a efetiva provisão bibliográfica em todo o mundo; a provisão de bibliografias, resumos analíticos e guias adequados para tal bibliografia e, finalmente, a mecanização da crivagem informativa detalhada.

8.3 — No estado atual podemos calcular em 20 % a impossibilidade de obter-se, em prazo razoável, o que nos chamou a atenção nos guias bibliográficos referentes às ciências sociais. (\*) E essa percentagem será muito mais alta se quisermos material de publicação recente. (\*\*)

É claro que se os guias bibliográficos são produzidos num ritmo mais acelerado do que a provisão das bibliotecas e da bibliografia, essa percentagem aumentará ainda mais; e por aí poderemos fazer uma leitura termométrica que indicará a subida da temperatura do pesquisador decepcionado.

8.4 — Seria de grande proveito se o mesmo material que pesquisei em Londres, o fôsse igualmente em outros centros, tais como Nova Delhi, Rio de Janeiro, etc. Estariamos, então, capacitados a decidir, apoiados em bases mais racionais, até que ponto nossos recursos deveriam ser empregados para uma expansão da provisão bibliográfica em comparação com o desenvolvimento dos guias bibliográficos. As bibliografias usadas nesse sentido possuem uma segunda finalidade que é a de indicarem a medida da provisão bibliográfica em uma região.

Para se ter uma visão de conjunto é preciso ainda avaliar a quantidade de referências bibliográficas que conduzem o pesquisador a uma literatura supérflua.

Voltando à minha experiência pessoal: dos sessenta e dois títulos indicados pelas bibliografias, 20% não podiam ser rapidamente encontrados (e devemos admitir, acho eu, que eu estava numa situação mais do que satisfatória) e dos restantes 80 %, pelo menos 50 % foram supérfluos. Isto quer dizer que 40 % da minha pesquisa foi proveitosa e 60 % não. Esta última cifra pode também subir se fôr aumentado o número de resumos analíticos e de entradas nas bibliografias sem que se considere o valor das obras.

---

(\*) 1. Ver § 8.1.

2. Numa pesquisa recente sobre a existência, em Londres, de fontes de estatísticas criminais de diversos países, essa impossibilidade foi de 25 %.

3. Em certos setores do campo das relações internacionais a percentagem foi também de 20 % [29].

(\*\*) Pesquisei recentemente no *London Union Catalogue* e no Catálogo de bibliotecas especializadas, da National Central Library, uma lista de 45 títulos recentes sobre antropologia que não puderam ser encontrados em Paris. Pude localizar 13 títulos, ou sejam 30 %. Isso representa um fracasso de 70 % relativo ao material de publicação recente. Se esta lista fôr novamente pesquisada dentro de 1 ano, certamente a percentagem cairá para 20%.



8.5 — O ponto crucial do problema é reduzir a grande massa de material à sua proporção significativa e essencial, isto é, a uma divulgação internacional qualitativa através das bibliografias e dos resumos analíticos; e isso requer não somente uma rejeição do que não tem valor, mas uma seleção — que só pode ser arbitrária e subjetiva — entre um material igualmente bom mas supérfluo.

8.51 — O pesquisador desperdiçaria, entretanto, menos tempo, esquadrinhando uma bibliografia desnecessária, se os resumos analíticos fôsem guias mais autênticos para o trabalho original. Fico freqüentemente em dúvida quanto à tese de uma artigo, apesar do resumo analítico deixar suficientemente claro o assunto. Para dar um exemplo mais pessoal: acabei de ler os resumos analíticos de dois artigos meus e, positivamente, ambos desvirtuam e deixam escapar os pontos exatos que os artigos tinham em vista atingir. Acaba de chegar ao meu conhecimento um outro exemplo de resumo analítico que altera tão seriamente o significado do artigo original que chega a constituir uma inverdade. Na *Review of Documentation*, vol. 23, fasc. 4, Dez. 1956, p. 159, encontramos o resumo analítico de um artigo sobre «The cataloguing of government publications», por MARY PIGCOTT, no qual se lê: «Dans le *Royal institute of international affairs*, on entre les traités sous leur titre...» Esse é o resumo analítico do seguinte trecho: «No author entry is made for treaties published in any treaty series of which the library obtains complete set. (These) are registered as serials... All treaties appear in the subject catalogue». Não há menção alguma a entradas pelo título, sendo tal prática absolutamente estranha à biblioteca do Royal Institute of International Affairs.

Tais exemplos levam-me à convicção de que, a despeito dos argumentos contrários, o autor pode perfeitamente ser um melhor analista desde que siga as normas adotadas.

8.52 — Tem sido encarecida, talvez demasiadamente, a necessidade de ser aumentado o número de resumos analíticos e, muito pouco a necessidade de maior precisão no trabalho de análise. É verdade que têm sido publicados muitos resumos de artigos, no campo da documentação e da biblioteconomia, feitos por amadores. Estudei os relatórios das reuniões da UNESCO (1948) sobre resumos analíticos nas ciências sociais, no intuito de descobrir se davam alguma orientação no sentido de ser estabelecido um critério que definisse o que constitui um resumo analítico útil, adequado. Encontrei apenas uma definição que de tão vaga chega a ser inútil: «um sumário, mais ou menos breve, dos assuntos tratados num artigo ou livro, de acordo com a importância do documento e a natureza mais ou menos explícita de seu título» [30]. A segunda parte da frase não me dá nenhuma instrução precisa e a palavra «assuntos», na primeira parte, talvez seja o vocábulo menos exato que exista para significar o conteúdo. Se um resumo analítico informa unicamente ao leitor que tal artigo é «sobre pena capital», não oferece mais do que uma entrada bibliográfica; o que é necessário é que indique também a tese proposta pelo autor — o pró ou o contra a pena capital, quais as provas que oferece para sustentar sua tese e qual a autoridade que possui para falar do assunto. Se nada de novo tem a dizer, se não é autoridade no assunto, nem apresenta fatos, é discutível a necessidade de ser analisado tal trabalho. Por outro lado, se tem algo de novo a expor, se é autoridade no assunto e oferece provas



para sua tese, não será de utilidade alguma registrar tal trabalho como sendo apenas uma discussão a mais, entre tantas outras, sobre pena capital.

8.53 — Em lugar de propor uma definição nova para «resumo analítico» eu faria uma lista de perguntas ao analista, tais como:

a) Qua (l/is) era (m) o (s) objetivo (s), do autor nesse artigo?

1.º) Uma apresentação geral do que se sabe no assunto?

2.º) Alguma nova tese ou novo ponto de vista sobre o assunto? — caso sim, qual?

3.º) Dar uma ênfase particular a um determinado aspecto? — caso sim, qual?

b) Qual a autoridade do autor no assunto?

c) Quais as provas que apresenta?

O uso de «medidas» como estas levaria à elaboração de resumos analíticos que indicariam com precisão a qualificação, a experiência e o ponto de vista do autor bem como o assunto sobre o qual escreve.

8.6 — *Desdobramento de resumos analíticos* — Na elaboração de resumos analíticos da produção bibliográfica no campo das ciências sociais, devemos prestar atenção a um problema que já surgiu no campo científico e tecnológico: será necessário que a mesma bibliografia seja resumida analiticamente de diversas maneiras, a fim de atender à diversidade dos interessados? Uma pesquisa sobre tal problema nos diria até que ponto uma coordenação e cooperação, tanto no plano nacional como no internacional, iria ao encontro das necessidades dos vários setores. Pode acontecer que num resumo analítico de um artigo sobre a industrialização nas comunidades recém-desenvolvidas, feito para o psicólogo social, fique perdida uma idéia que poderia ser o germe de um futuro desenvolvimento sob o prisma de um economista. A atual provisão de resumos analíticos para os cientistas sociais é tão escassa que há, provavelmente, poucos desdobramentos; mas à medida que aumentar a produção torna-se importante o planejamento dos desdobramentos essenciais a fazer e dos desperdícios acidentais a evitar.

*Síntese e recomendações* — No presente estudo procurei chamar a atenção sobre os problemas atuais da documentação, no campo das ciências sociais, sob o ponto de vista da organização e do uso do material existente. Tornam-se necessários um estudo e uma pesquisa mais aprofundados nesse setor, caso queiram os cientistas sociais evitar soluções que taxarão de inadequadas para as suas dificuldades. No decorrer desse estudo fiz as seguintes recomendações:

1.ª) As subvenções para projetos bibliográficos e documentários devem ser condicionadas à observância de certas práticas já normalizadas (5.31, 5.33 e 7.33).

2.ª) No desenvolvimento dos diversos serviços bibliográficos, incluindo a efetiva provisão bibliográfica, deve ser mantida uma proporção (8.2).

3.ª) A produção bibliográfica das Conferências e qualquer outro material da categoria dos não-publicados devem ser controlados e postos à disposição dos interessados no plano nacional (6.9 — 6.93).



4.<sup>a</sup>) Como condição preliminar para uma ação coordenada no campo da racionalização das publicações científicas periódicas, deve-se fazer uma tentativa de seleção entre as várias recomendações existentes (5 — 5.4).

5.<sup>a</sup>) Devem ser estabelecidas tanto uma seleção mais rigorosa no material a ser resumido analiticamente, quanto um maior rigor na precisão da análise (8.5 — 8.53).

6.<sup>a</sup>) Devem ser estabelecidas normas para a elaboração de resumos analíticos adequados, no campo das ciências sociais (8.52).

7.<sup>a</sup>) O número de desdobramentos dos resumos analíticos no campo das ciências sociais deve ser reduzido ao essencial (8.6).

8.<sup>a</sup>) Deveria ser feita uma pesquisa quanto à extensão dos vocabulários nos diferentes campos das ciências sociais (7.13 — 7.15).

9.<sup>a</sup>) A precisão na documentação deve *seguir-se* à precisão dos especialistas no emprêgo dos termos e não vice-versa. Por enquanto, ainda são necessárias certas concessões (7.34).

10.<sup>a</sup>) Como medida provisória, as terminologias rivais nas ciências sociais deveriam ser reduzidas aos conceitos básicos, tendo em vista a elaboração de bibliografias, etc. (7.34 — 7.35).

11.<sup>a</sup>) Deveria ser feita uma pesquisa quanto à possibilidade de serem normalizados os arquivos das coletas de dados feitas pelos cientistas sociais (3.1).

12.<sup>a</sup>) Em cada país ou região deveriam ser estabelecidos Conselhos de Pesquisas das Ciências Sociais (ver em 5.4 um exemplo da falta de um tal Conselho no Reino Unido da Grã-Bretanha, e 6.91).

#### BIBLIOGRAFIA

1. SHERA, J. H. — «Classification as the basis of bibliographic organization», in Shera, J. H. and Egan, M. E., editors, *Bibliographic organization...* Chicago, The University of Chicago press, 1951, p. 85.
2. SULLIVAN, J. W. N. — *Limitations of science* — Harmondsworth, Penguin books limited, 1938, p. 167.
3. KAPP, K. W. — *Economics and the behavioral sciences* — *Kyklos*, vol. 7, fasc. 3, 1934, p. 213.
4. SJOBERG, G. — *Science and changing publication patterns* — *Philosophy of science*, vol. 23, n.º 2, April 1956, pp. 92-93.
5. GIRDEN, E. and WAYNE, D. — *Publication trends in American psychology — a five-year extrapolation* — *American psychologist*, 9, October 1954, pp. 632-635.
6. ELSDON-DEW, R. — *The library from the point of view of the research worker* — *South African libraries*, 23, October 1955, p. 54.
7. VELINSKY, S. — *Psychological information center to solve our publication problems* — *American psychologist*, 9, June 1954, p. 266.
8. BERNAL, J. D. — *Provisional scheme for central distribution of scientific publications*, in The Royal society scientific information conference, 21 June — 2 July 1948. Report and papers submitted. London, The Royal society, 1948. Paper n.º 2, pp. 253-258.
9. The Royal Society scientific information conference, 21 June — 2 July 1948. Report and papers submitted. London, The Royal society, 1948. Concluding plenary sessions and final recommendations, pp. 196 200 201.



10. CLELAND, R. E. — The use of material. *Science*, 121, 15 April 1955, pp. 519-523.
11. BEHNKE, J. A. — Communication of research results. *Science*, 120, 24 December 1954, pp. 1.055-1.057.
12. URQUHART, D. J. — A review of the results of the Royal society scientific information conference, 1948. *Aslib proceedings*, vol. 4, n.º 4, November 1952, pp. 233-240.  
WILSON, L. — Action taken by Aslib to implement the conference proposals. *Aslib proceedings*, vol. 4, n.º 4, November 1952, pp. 241-254.
13. Biological research — from journal article to abstract. *Biological abstracts*, 29, January 1955, pp. VIII-X.
14. LEE, M. O. — Editors, authors and abstracts. *Biological abstracts*, 30 May 1956, p. VIII.
15. Council on library resources, Inc. — Background data on the formation of Council on library resources inc. (Press release) 18 September 1956.
16. Nuffield foundation — Tenth report for the year ended 31 March 1955. Oxford, Oxford university press, 1955, pp. 60-61.
17. UNESCO — Guide for the preparation and publication of synopses — NS.51.D.10aA./05. XI.51.
18. KYLE, B. R. F. — Towards bibliographical control of unpublished material, in Stavely, R., editor, Guide to unpublished research materials: lectures delivered at a vacation course of the University of London School of librarianship and archives in April 1956. London, The library association, 1957.
19. BROOM, L. — Inter-marriage and mobility in Hawaii, in International sociological association. Transactions of the third world congress of sociology, Amsterdam, August 1956. London, I.S.A., 1956, 7 vols. volume 3, p. 282, footnote 6.
20. GREAT BRITAIN, Home Office — Criminal statistics: England and Wales, 1955. London, H.M.S.O., 1956 (Cmd. 9.884) p. VI.
21. SORBI, U. — BORGO a MOZZANO. Genoa, Shell italiana for Instituto di economia e politica agraria, Università degli studi di Firenze, 1955.
22. Overseas consultants New York, Inc. — Report on seven year development plan for the Plan Organization of the Imperial government of Iran, 1949.
23. France, Government — Rapport annuel... à l'Assemblée générale des Nations Unies sur l'administration du Camérout placé sous la tutelle de la France, année 1954. Paris, Imprimerie Chaix, printer, 1955.
24. KROEBER, A. L. and KLUCKHOHN, C. — Culture: a critical review of concepts and definitions. Cambridge, Mass., Peabody museum of American archaeology and ethnology, 1952.
25. UNESCO — Meeting of experts on social science terminology, 5-6-7 May 1954. General report. Paris, 1 July 1954, WS/064.47.  
UNESCO — Meeting of experts on social science terminology, 5-6-7 May 1954. General report. Paris, 12 July 1956. UNESCO/SS/15.
26. MOSTECKY, V. — Study of the see-also reference structure in relation to the subject of international law. *American documentation*, vol. 7, n.º 4, October 1956, pp. 294-314.
27. STEINWEG, H. — Thought on subject headings. *Journal of cataloging and classification*, vol. 6, 1950, pp. 40-50.
28. SHERA, J. H. and EGAN, M. E. — The classified catalog: basic principles and practices. Chicago, American Library Association, 1955, p. 18.
29. KYLE, B. R. F. — Resources on international affairs in London libraries. *International affairs*, vol. 32, n.º 2, April 1956, pp. 190-198.
30. UNESCO — Expert committee on social science abstracts, November 1948. Records of meetings. Paris, December 1948, SS/CRA/SR/1-4.